



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202177000035	Distribuição: 08/01/2021
Número Único: 0000058-51.2021.8.25.0048	Competência: 1ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora da Glória
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: LUCILENE MARIA DA SILVA
Endereço: RUA AIRTON DE SOUZA MELO
Complemento:
Bairro: CENTRO
Cidade: NOSSA SENHORA DA GLORIA - Estado: SE - CEP: 49680000
Requerente: Advogado(a): EDNALDO VIEIRA DE SANTANA 8421/SE
Requerido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20010000



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202177000035

DATA:

08/01/2021

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202177000035, referente ao protocolo nº 20210105204801622, do dia 05/01/2021, às 20h48min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL E
DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE.**

LUCILENE MARIA DA SILVA, brasileira, solteira, lavradora, inscrita no RG nº 3.816.397-7 SSP/SE, CPF nº 043.247.354-84, residente e domiciliada na Rua Airton de Souza Melo , nº 327, Bairro Centro, CEP 49680-000, Nossa Senhora da Glória, estado de Sergipe, por seu advogado in fine assinado conforme procuração anexada, para fins do art. 106, I, do Novo Código de Processo Civil, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, vem, respeitosamente a V.Exa., propor a presente:

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP 20031-205; pelas razões que passa a expor:

PRELIMINARMENTE

BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A Requerente declara em sã consciência que não tem condições de arcar com custas e despesas processuais sem prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça àqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família nos temor da Lei nº 1.060, de 05 de Fevereiro de 1950, nos seus artigos 2º, parágrafo único; 3º e 4º.

Diante do exposto, o benefício da assistência judiciária gratuita, é garantido constitucionalmente, portanto, o Requerente desde já requer este

benefício, uma vez que não tem condições econômico-financeiras de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

DOS FATOS

No dia 23 de dezembro de 2018, a filha da Requerente sofre acidente de trânsito, devido à gravidade do acidente, sofreu fratura exposta na perna.

Foi postulado administrativamente o recebimento do DPVAT por invalidez permanente sob o sinistro nº 3200113446, entretanto quando iria ocorrer o pagamento da indenização do referido sinistro, Sylmara Maria da Silva Santos faleceu, conforme certidão de óbito em anexo, impossibilitando o recebimento.

Diante de tal fato, a Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser indenizada, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007.

DO DIREITO

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta a indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada in verbis:

O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre.

O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.

O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto pelo seguro DPVAT, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz mencionar, Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia a demandante:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado

na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o demandante com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça *in verbis*:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Ante o exposto, em atenção ao previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora.

DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, REQUER:

Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, os benefícios da assistência judiciária gratuita;

Seja recebida a presente, cadastrada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

A PROCEDÊNCIA da presente demanda, com a condenação da requerida ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos moldes da lei em vigor, com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, alínea “b”, da Lei 6.194/74;

Conforme previsão no Art. 319 VII do Código de Processo Civil, a parte autora desde já manifesta que não possui interesse na realização de audiência de conciliação;

Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada PROCEDENTE para:

Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE, 05 DE JANEIRO DE 2021

EDNALDO VIEIRA DE SANTANA

OAB/SE Nº 8421



EDNALDO SANTANA
ADVOGADO
OAB: 8421

PROCURAÇÃO – “AD JUDICIA ET EXTRA”

OUTORGANTE: LUCILENE MARIA DA SILVA,
BRASILEIRA, SOLTEIRA, LOURADINKA, portador
da Cédula de RG nº 3.816.397-7, inscrito no CPF nº 043.247.354-84,
residente e domiciliado no(a) RUA MONTES CLAROS, nº 321,
bairro MUTINHO, CEP 49630-000, cidade N. S. S. DA GLÓRIA,
UF SE, constituo e nomeio como bastante procurador:

OUTORGADO: **Bel. EDNALDO VIEIRA DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na
Ordem dos Advogados do Brasil, sob o nº **8421** e CPF 556.634.195-00;

PODERES: Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na qualquer juízo,
instância ou Tribunal, defender os interesses do outorgante, até decisão final, usando dos
recursos legais, especialmente para PROPOR AÇÃO, podendo, portanto, promover quaisquer
medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de
poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel
desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. A presente procuração
outorga ainda aos advogados acima descritos, os poderes para, em nome do outorgante,
receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao
direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pleitear justiça
gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme o Art. 105 do Código de
Processo Civil.

DOS HONORÁRIOS: Obriga-se, por sua parte, o (a) constituinte a pagar os advogados
constituídos como remuneração pré-estabelecida dos serviços especificados neste instrumento
procuratório os honorários no percentual de 30% sobre o valor bruto da condenação ou sobre
todas as verbas recebidas decorrentes do processo, ficando o advogado autorizado a fazer a
retenção dos honorários contratados no momento em que receber o valor da condenação ou do
acordo por ventura pactuado. Fica estabelecido ainda que os honorários de sucumbência
pertencerão aos advogados, em conformidade com que dispõe o art. 22 da Lei 8906/94 e o art.
35, §1º, do Código de Ética e Disciplina da OAB.

FINALIDADE: _____

Nossa Senhora da Glória/SE, 17 de DEZEMBRO de 2020

D

OUTORGANTE

(79) 99191-7200 / 99886-8866

ednaldovieira2012@bol.com.br

Rua: Antonio Francisco de Sousa, N. 185 Centro
Nossa Senhora da Glória - Sergipe

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICACAO



P1-58

13.05.2003

NÃO ALFABETIZADA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTÃO DE IDENTIDADE

CAIXA

BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

PROGRAMA

Bolsa Família

Conta CAIXA Fácil

603689 0010 42929 4721

LUCILENE MARIA DA SILVA

3303 023 00002455-9 06/23

MasterCard

débito

Valid only in Brazil / Válido apenas no Brasil



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO SECA Nº	DATA DE EXPIRAÇÃO
3.816.377-7	13/03/2014
NOME	
SILVANA MARIA DA SILVA SANTOS	
FILIAÇÃO	
JOSE CARLOS PEREIRA DOS SANTOS	
LUCILENE MARIA DA SILVA	
NATURALIDADE	
DELMIRO OLIVEIRA-AL	
DOC ORIGEM	
CT. NASCIMENTO NR 3060 LV A 3 FL. 166	
OBRIG. DO DIST. DA COMarca DE PALESTINA AL	
080.111.745-33	
DATA DE NASCIMENTO	
03/10/1993	
ASSINATURA	
LUCILENE MARIA DA SILVA	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

SYLMARA MARIA DA SILVA SANTOS

CPF

080.111.745-33

MATRÍCULA:

110692 01 55 2020 4 00010 237 0005547 23

SEXO

Feminino

COR

Parda

ESTADO CIVIL E IDADE

Solteira, 21 anos

NATURALIDADE

Delmiro Gouveia-AL

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

RG nº 3.818.397-7 SSP/SE emitido em 18/08/2014

ELEITOR

Não

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filha de JOSE CARLOS PEREIRA DOS SANTOS, já falecido e de LUCILENE MARIA DA SILVA, Brasileira, solteira, lavradora, residente e domiciliada na Rua Montes Claro, nº 327, Bairro Mutirão, nesta cidade. Residência da falecida: Rua Ailton de Souza, nº 327, Centro, Nossa Senhora da Glória-SE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Quatorze de março de dois mil e vinte, às 21h00min.

DIA

14

MÊS

03

ANO

2020

LOCAL DE FALECIMENTO

Domicílio, Rua Dom Vicente Távora, s/n, Centro, Nossa Senhora da Glória-SE

CAUSA DA MORTE

HEMORRAGIA INTRACRANIANA, TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO, AÇÃO CONTUNDENTE

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO

Foi realizado no cemitério do Povoado Lagoa Bonita, no município de Nossa Senhora da Glória/SE

DECLARANTE

LUCILENE MARIA DA SILVA

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO

Mônica Figueirôa Santana, CRM 4912/SE

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCER

Ato registrado no Livro C-10, às folhas 237, sob o nº 5547. Data do registro: 17 de março de 2020. Profissão da falecida: Lavradora. Data de nascimento da falecida: 05 de outubro de 1998. Não deixou bens nem testamento, não era eleitora, não deixou filhos. Não constam averbações à margem do termo.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

Documentação do falecido: RG nº 3.818.397-7 SSP/SE emitido em 18/08/2014, Certidão nº 00374901552000100003166000308069

*As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Emolumentos Isentos

Nome do ofício: Cartório do 2º Ofício da Comarca de Nossa Senhora da Glória/SE

Oficial registrador: Antonio Henrique Buarque Maciel Silva

Município/Comarca/UF: Nossa Senhora da Glória/SE

Endereço: Rua Edéio Vieira de Melo, nº 20, Centro,

Nossa Senhora da Glória/SE, CEP.: 49680-000

E-mail: extra.2gloria@se.jus.br

telefone: (79)3411-1365

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Nossa Senhora da Glória/SE, 17 de março de 2020.

Francisco Marcos dos Santos Silva

FRANCISCO MARCOS DOS SANTOS SILVA - Escrevente
Substituto

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
Sergipe

2º Ofício da Comarca de N.
Sra. da Glória

17/03/2020 14:53

<https://www.tjse.jus.br/x/69HA7A>



202020574005540

BRP

BA 007767518



ARPENBRASIL
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS

Rio de Janeiro, 17 de Março de 2020

Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3200113446

Vítima: SYLMARA MARIA DA SILVA SANTOS

Data do Acidente: 23/12/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), SYLMARA MARIA DA SILVA SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Seguradora

LÍDER

Administradora do Seguro DPVAT



SYLMARA MARIA DA SILVA SANTOS
R MONTES CLAROS, 327
MUTIRAO
CEP 49680000 - NOSSA SENHORA DA GLORIA - SE

Responsável pela informação

Entregador

- ☐ Porteiro
- ☐ Síndico
- ☐ Morador

Para uso dos correios

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o nº indicado
- ☐ Falecido

Data ____/____/____



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

043.247.354-84

Nome

LUCILENE MARIA DA SILVA

Nascimento

18/04/1976



MARIA JOSE MENEZES OLIVEIRA
RUA AIRTON DE SOUZA MELO, 0327 - CENTRO
NOSSA SENHORA DA GLORIA / SE CEP: 49860000 (AG: 430)

CPF/CNPJ/RANI: 998.218.905-44

Grupo: CONVENCIONAL BAIXA TENSÃO / Subgrupo: B1
Classe: RES MTC B1 / Subclasse: BAIXA RENDA
Ligacao: MONOFÁSICO
Roteiro: 4 - 430 - 190 - 1000 Nº Medidor: W5031153004

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00003119740



UNIDADE CONSUMIDORA (UC)

3/311974-0



VALOR DA FATURA

R\$ 30,33



VENCIMENTO

16/12/2020



REFERÊNCIA

Dez / 2020



CONSUMO

74kWh

2,47 kWh
MÉDIA DIÁRIA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

FATURAS EM ATRASO

R\$29,62

Nov/20



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202177000035

DATA:

08/01/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Ao MM. Juiz

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202177000035

DATA:

13/01/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

I - Defiro o benefício da Justiça gratuita, com espeque no art. 98, § 3º do CPC;II - Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado a Autora desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à sua designação, mormente considerando que a praxis tem demonstrado o insucesso nas realizações de acordo em casos semelhantes;(…).

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora da Glória

Nº Processo 202177000035 - Número Único: 0000058-51.2021.8.25.0048
Autor: LUCILENE MARIA DA SILVA
Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

I - Defiro o benefício da Justiça gratuita, com espeque no art. 98, § 3º do CPC;

II - Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido, havendo manifestado a Autora desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à sua designação, mormente considerando que a praxis tem demonstrado o insucesso nas realizações de acordo em casos semelhantes;

III - Assim, cite-se a Requerida, para responder à ação, no prazo de 15 (quinze) dias, forte no art. 335, inciso III do CPC;

IV - Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Autora, intime-se a Parte Autora, por seu advogado, para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, forte nos arts. 350 e 351 do CPC, sendo permitida a produção de prova.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MARTINS, Juiz(a) de 1ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora da Glória**, em **13/01/2021, às 20:31:34**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021000046101-76**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202177000035

DATA:

14/01/2021

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que foi expedido o mandado de nº 202177000301

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA DA COMARCA DE N. SRA. DA GLÓRIA
Rua Floriano Peixoto, Bairro Centro, N. Sra. Da Glória/SE, CEP 49680000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202177000035

DATA:

14/01/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202177000301 do tipo (COVID-19) - Citação Reclamação do JEC SEM Audiência de Conciliação [TM4220,MD2387]

 {Destinatário(a): SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
1ª Vara Cível e Criminal de Nossa Senhora da Glória
Avenida Manoel Elício da Mota, s/nº
Bairro - Brasília Cidade - Nossa Senhora da Glória
Cep - 49680-000 Telefone - (79)3411-4100

Normal(Justiça Gratuita)



202177000301

PROCESSO: 202177000035 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000058-51.2021.8.25.0048
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: LUCILENE MARIA DA SILVA
REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial/termo de reclamação, de cópia em anexo parte integrante desta, para, querendo apresentar contestação no **prazo de 15 (quinze) dias, dispensada a audiência inaugural**.

OBSERVAÇÕES:

1ª) Durante a vigência do decreto oficial de emergência pública em face da pandemia mundial COVID-19, observando o Princípio da Celeridade e a Garantia da Razoável Duração do Processo, resguardados o direito à ampla defesa e ao contraditório, poderá ser dispensada a sessão inaugural de conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, promovendo-se a citação, para fins de contestação e prosseguimento normal do processo, cabendo, a qualquer tempo, a realização da sessão de conciliação, seja a requerimento das partes, dos advogados, da Defensoria Pública, ou designada de ofício pelo magistrado.

2ª) Em caso de dúvida, fica a parte ciente que poderá entrar em contato com o Juizado Especial competente através do telefone (79) 3226-3100, de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h, munido do número d o p r o c e s s o .

ADVERTÊNCIAS:

1ª) Fica, desde logo, advertida a parte que dispõe de 15 (quinze) dias para oferecer contestação, **contados da data do recebimento deste documento**, sob pena de ser considerado revel e serem presumidas verdadeiras as alegações apresentadas pelo requerente, nos termos do art.344 do Código de Processo Civil;

2ª) Fica, desde logo, advertida de que deverá constituir advogado, se o valor da causa for superior a 20 salários mínimos.

3ª) Em se tratando de relação de consumo, poderá ser invertido o ônus da prova.

4ª) Após o trânsito em julgado da sentença, as partes disporão de 180 (cento e oitenta) dias para retirarem dos autos documentos originais, findo o qual o processo será eliminado.

Demais Observações: ""

Atenciosamente,

Ilmº (a) Sr(a)

Nome : SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.
Residência : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20010000
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ

[TM4220, MD2387]



Documento assinado eletronicamente por **VERA CRISTINA CELESTINO SILVEIRA**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 1ª Vara Cível e Criminal de
Nossa Senhora da Glória, em 14/01/2021, às 15:46:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2021000055416-43**.